

A Universidade e o Pensamento Autoritário*

[The University and the Authoritarian Thinking]

Homero Santiago**

Resumo: Existe uma forma particular de pensamento autoritário? A partir dessa questão nos propomos a retomar algumas considerações da filósofa Marilena Chaui em que ela não somente responde afirmativamente à pergunta como apresenta uma descrição do funcionamento específico dessa forma de pensar. A nosso ver, hoje, no Brasil, o enfrentamento dessa forma de pensamento, que tem consequências imediatas para a prática política, constitui-se num dos maiores desafios da universidade.

Palavras-chave: Marilena Chaui; pensamento autoritário; sociedade autoritária; universidade.

Abstract: Is there a particular form of authoritarian thinking? From this question we propose to take some considerations of the philosopher Marilena Chaui in which she not only answers the question affirmatively but also presents a description of the specific functioning of this way of thinking. In our view, today, in Brazil, the confrontation against this form of thinking, which has immediate consequences for political practice, constitutes one of the greatest challenges of the university.

Keywords: Marilena Chaui; authoritarian thinking; authoritarian society; university.

Nossa situação

Desde o primeiro momento após as eleições presidenciais brasileiras de 2018, ficou claro que o campo da educação e da cultura em geral se tornaria um terreno privilegiado para a refundação do país pretendida pelo núcleo duro da coalização que sustentou a can-

didatura de Jair Bolsonaro. Ainda em novembro, o recém-eleito presidente Bolsonaro criticou fortemente a inclusão, no Enem daquele ano, de uma questão do tópico “linguagens” relativa ao “dialeto secreto” de gays e travestis; deu entender que achava aquilo inútil e escabroso, e adiantou que revisaria pessoalmente

*Este texto serviu de roteiro para nossa intervenção na mesa redonda “Universidade e Democracia no Brasil”, durante o 1º Simpósio Internacional de Humanidades, em outubro de 2019, na UnB. Apesar de um ou outro retoque, decidimos preservar-lhe a forma de texto elaborado mais para ser falado, ouvido e discutido do que para ser lido; pareceu-nos bem mais coerente ao seu conteúdo e suas intenções.

**Professor livre-docente do Departamento de Filosofia da Universidade de São Paulo (USP). E-mail: homero@usp.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0610-9993>.

os exames futuros. Mesmo que num arroubo pessoal, ponteava ali o maciço de uma estratégia de poder cujo cerne pode ser colhido sem nuança e em tom programático numa declaração, mais ou menos da mesma época, do teólogo e deputado federal Sôstenes Cavalcante, nome influente da bancada evangélica no parlamento e apoiador de Bolsonaro:

Queremos que o governo dê certo na economia, isso é importante. Mas demos para chegar a um governo ideologicamente afinado conosco, não vamos deixar que o cérebro dele, que é o Ministério da Educação, fique com a esquerda.¹

Embora o nome de Gramsci costume aparecer como uma das bestas negras do bolsonarismo, curiosamente a movimentação desse campo não deixa de assemelhar-se a uma espécie de gramscismo vulgar, ou seja, trata-se de vencer o assim chamado “marxismo cultural” por meio da conquista da hegemonia, o que só se alcançaria com uma revolução profunda no sistema educacional, e daí a

premência em dominar o cérebro desse sistema, o Ministério da Educação (MEC), daí a sanha em satanizar a figura de Paulo Freire e moldar a formação das novas gerações segundo a cartilha pautada pelos valores combinados da pátria e da cristandade, cessão aos dois grupos de apoio principais do governo, os militares e os evangélicos, e perfeitamente significada no lema de campanha até hoje repetido à exaustão em cada oportunidade pelo presidente e seus asseclas: “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”.

Como é notório, a pretendida ocupação do “cérebro” do governo, aliás MEC, revelou-se tarefa mais complicada do que se imaginara. Sob dois mandatários (o Breve e o Iracundo), a operação andou mais próxima da comédia que da ação épica, mesmo que pontuada por alguns episódios dramáticos que despertaram a aguerrida resistência que culminou em 15 de maio de 2019 numa inédita greve geral da educação e do saber (“H₂O x B₁₇”). Dispensamo-nos de repassar aqui o fio dos acontecimentos e sobretudo o seu rico anedotário; todo estudante, professor, acadêmico brasileiro que não tenha feito in-

¹Cf. “Bancada evangélica joga duro por Ministério da Educação”, Pragmatismo político, 22/11/2018; disponível em: <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2018/11/bancada-evangelica-joga-duro-por-ministerio-da-educacao.html>. [acessado em 18/12/2019]

tercâmbio em Marte nos últimos doze meses deve conhecê-lo sobejamente. O conjunto de questões que gostaríamos de propor, embora tenham esse pano de fundo, não se vinculam diretamente à política educacional do governo Bolsonaro ou aos atos impolíticos de ataque deslavado ao mundo do saber e às instituições que imediatamente o representam, ou seja, as universidades; o nosso problema concerne menos a essa situação e aos eventos que a prepararam do que à interrogação acerca do que tornou possível tal situação no plano do próprio saber, ou melhor, no plano do pensamento. Com efeito, muitos são os signos hoje que indicam um recrudescimento do *autoritarismo* entre nós, de modo que a guerra declarada contra o saber e as universidades, tal como se dá, passe menos por um fenômeno isolado ou decorrente de eventos circunstanciais do que por um movimento geral de emergência do autoritarismo e particularmente, no que nos toca, já que falamos do mundo do saber, da cultura e da academia, de uma tentativa de imposição de uma forma de pensamento autoritário. A nosso ver, esse recrudescimento de um autoritarismo com fortes raízes na sociedade brasileira e que, por ledó engano, nos inclinamos nos últimos tempos a supor soterrado pelas décadas de

democracia, constitui hoje o principal desafio da universidade em geral e das universidades públicas em particular. É claro que universidades não são agrupamentos políticos nem se pode delas esperar programa ou ações que imediatamente produzam efeitos na arena política, até porque o tempo do saber, ao qual uma universidade não pode abdicar sob o risco de perder sua especificidade, é outro. Ainda assim, há um aspecto crucial nesse fenômeno autoritário amplo que pode e deve ser considerado e enfrentado pela universidade na medida em que lhe concerne diretamente: o pensamento autoritário; não tanto no que ele veicula como teses e conteúdos, mas na medida em que remete a uma *forma de pensar* particular, particularmente *autoritária*. Como centros formadores, as universidades, reiteremos, podem e devem combater essa forma de pensar; mantendo a sua especificidade de instituições de formação e produção do saber e, por isso mesmo, podendo aí ser mais exitosas do que simplesmente enveredando por caminhos que lhes são estranhos. Em suma, desde que o “cérebro” tornou-se um dos campos de batalha privilegiados, é justamente nesse campo, que é o seu, que as universidades com maior eficácia podem combater: combater o pensamento autori-

tário enquanto forma de pensar; *formar* (no sentido mais forte da palavra “formação”) *contra o autoritarismo*.

Dito isso e apresentado o teor mais geral de nossa intervenção, algumas questões se colocam de maneira imediata. O que é autoritarismo? O que é pensamento autoritário? Como ele funciona? E assim por diante. Para nos orientarmos de maneira razoavelmente organizada nesse emaranhado de interrogações, propomos retomar aqui algumas teses da filósofa brasileira Marilena Chaui. Como poucos, ela conseguiu delimitar essa problemática e discernir-lhe alguns pontos cruciais, tanto reconhecendo a existência de uma forma de pensar especificamente autoritária e seus vínculos com a realidade brasileira quanto apontando certas características básicas do funcionamento desse pensar e suas consequências políticas. Será um passo importante, cremos, antes de propor algumas hipóteses e interrogações.

As ideias fora do lugar

Para começar a abordar a questão do pensamento autoritário em Marilena Chaui, é instrutivo retroceder um pouco e nos dirigirmos ao momento de surgimento do tema, muito precisa-

mente em sua reavaliação de uma das mais célebres teses do pensamento crítico brasileiro, a das “ideias fora do lugar”, formulada pelo crítico literário Roberto Schwarz. Schwarz é reconhecido como um dos principais intérpretes de Machado de Assis, e o seu trabalho sobre o autor deve-se em boa medida à insistência em seguir uma pista descoberta por Antônio Cândido e apresentada no célebre ensaio “Dialética da malandragem” (CÂNDIDO, 1970), que trata do *Memórias de um Sargento de Milícias* de Manuel Antônio Almeida. Ali, o foco da atenção recai sobre o protagonista Leonardo, o dito sargento, tomado à guisa de avatar de algo essencial da constituição social brasileira: a *malandragem*. Ao contrário do que se poderia pensar, a malandragem não se origina do pendor pelo jeitinho ou da cordialidade que impede o estabelecimento de uma convivência formal em termos burgueses; esse é apenas o *aparecer* de uma causa mais profunda: o malandro é o signo da inadequação ao mundo moderno determinada pela existência da escravidão como instituição que atravessa a vida nacional brasileira e, entre outras perversidades, relega ao limbo social o homem branco pobre. De um lado há escravos, de outro há senhores de escravos; o trabalho calha aos pri-

meiros, os frutos do trabalho aos segundos; nessas circunstâncias, como ficam os que nem possuem escravos, nem se aproveitam dos rendimentos do trabalho alheio, nem têm como vender a sua força de trabalho? O branco pobre e livre tem de se virar nos desvãos informais da sociedade, de cá para lá ao sabor das intempéries do poder e comendo graças à caridade ou a pequenos expedientes que vão do biscate honesto e pontual aos pequenos golpes contra a fé alheia. Desde que abandonemos o ponto de vista superficial, a malandragem encarnada em Leonardo torna-se expressão da própria forma social da vida brasileira; longe de se dever à nossa faceirice como povo, rigorosamente ela constitui o modo que alguém – o pobre livre – encontra para viver entre a oficialidade excludente e a degradação do trabalho do escravo; não por acaso, ajustados os termos da equação, é um elemento fundamental de nossa constituição como país presente até hoje.

Afincado à ideia de que a forma artística é capaz de expressar os processos sociais, Schwarz verá aí uma chave genial para a compreensão de Machado de Assis e da própria realidade brasileira, sem recair nos pecados do marxismo vulgar: a forma literária não deve ser concebida como mecanicamente determinada pelo so-

cial; pelo contrário, em se tratando de nosso maior escritor, é essa forma que deve esclarecer o social a partir do qual ela emerge, assim como a estrutura romanesca e os percalços literários do livro de Manuel Antônio Almeida esclarecem a malandragem nacional narrando as peripécias dos pobres enquanto outros românticos falavam de tapuias ou de aristocratas. No longo trabalho de interpretação de Machado, que culmina em *Um mestre na periferia do capitalismo*, centrado nas *Memórias póstumas de Brás Cubas*, Schwarz produziu uma série de ensaios preparatórios que vão se integrar no volume intitulado *Ao vencedor as batatas*, dedicado principalmente a José de Alencar e aos primeiros romances de Machado (ponto preciso, recordemos, em que terminava a *Formação da literatura brasileira* de Antônio Cândido) e que trazia o significativo subtítulo *Forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. O ensaio mais importante desse volume é “As ideias fora do lugar”, publicado primeiramente em 1973 e que alcançou enorme repercussão.

Mais ou menos, o que busca Schwarz é a compreensão de certa malandragem de nossas ideias, que ocupam um lugar tão deslocado quanto o de um homem branco pobre no regime escravista. O Brasil vive uma “comédia

ideológica” e a principal razão para isso é a mania nacional, ou antes das elites nacionais, de importar ideias europeias. Situemo-nos em meados do século XIX brasileiro e tomemos as veneradas ideias de liberdade de trabalho ou igualdade perante a lei, integrantes da cantilena ideológica burguesa. Fato é que na Europa, desde os primeiros efeitos da Revolução Francesa, essas ideias correspondiam às aparências. Agora façamos a transposição desse ideário para nossas paragens. Num país em que, nas palavras de Machado, predomina o fato “impolítico e abominável” da escravidão, essas ideias corresponderiam ideologicamente, isto é, ocultariam o quê? No velho continente, a ideia de que um trabalhador vendia livremente a sua força de trabalho mistificava a relação real de exploração e poder; aqui nem isso, nada disso. A ideia cultuada no plano ideológico é descaradamente desmentida na vida cotidiana, dando forma à comédia, pois embora relação produtiva fundamental, “a escravidão não era o nexos efetivo da vida ideológica” (SCHWARZ, 2000, p. 15). As ideias importadas ficam então fora do lugar e se tornam peças de comédia porque aqui não encobrem mais nada, falta-lhes o próprio fundo conjuntural que lhes fornece a validade de ins-

trumentos ideológicas, no caso o trabalho dito “livre”. O que temos então é “ideologia de segundo grau.” (SCHWARZ, 2000, p. 26)

Inscritas num sistema que não descrevem nem mesmo em aparência, as ideias da burguesia viam infirmada já de início, pela evidência diária, a sua pretensão de abarcar a natureza humana, se eram aceitas, eram-no por razões que elas próprias não podiam aceitar. Em lugar de horizonte, apareceriam sobre um fundo mais vasto, que as relativiza: as idas e vindas de arbítrio e favor. Abalava-se na base a sua intenção universal. Assim, o que na Europa seria verdadeira façanha da crítica, entre nós podia ser a singela descrença de qualquer pachola, para quem utilitarismo, egoísmo, formalismo e o que for, são uma roupa entre outras, muito da época mas desnecessariamente apertada. (SCHWARZ, 2000, p. 27)

Paremos por aqui com Schwarz. Já temos o suficiente para passarmos

a Marilena Chaui e entender o quanto ela se aproxima e o quanto se afasta da teoria das ideias fora do lugar; o posicionamento se encontra num importante estudo sobre o discurso integralista que ela publicara em 1978. Em primeiro lugar, Chaui reconhece a presença da teoria em muitas das interpretações mais influentes da história do Brasil e especialmente em nossa realidade ideológica; na medida em que, aqui, nenhuma classe social teria conseguido produzir “*uma ideologia propriamente dita*, isto é, um sistema de representações e de normas particular e dotado de aparente *universalidade*”, e tampouco “impô-la à sociedade como um todo”, deu-se que tantos os ideários autoritários quanto os revolucionários “sejam *importados e adaptados* às condições locais, resultando disso que, no Brasil, as ideias estejam fora do lugar.” (CHAUI, 2003, p. 11-13; grifos nossos) Todavia, ainda que aceitemos o fato de nossa fraqueza ideológica, ainda que admitamos que as ideias aqui estão fora do lugar, mister será, ao ver de Marilena, reconhecer que essas ideias despraçadas, e portanto duplamente falsas, essa ideologia de segundo grau que nada inverte ou mistifica e mostra-se, “por isso mesmo, frágil e ridícula”, serviu não obstante “para sustentar processos históricos como a Aboli-

ção, a República, a Constituinte de 1934 ou a democratização de 1945.” (CHAUI, 2003, p. 19)

Como se vê, Marilena não renege a teoria das ideias fora do lugar. Antes, ela acata a teoria em geral, propondo-lhe no entanto alguns ajustes como esse que acabamos de ver: ainda que cômico, nosso ideário importado e deslocado entronca com processos históricos reais e que moldaram o país. Sobretudo a filósofa pretende fazer o que denomina uma “contribuição” a essa teoria, o que afinal se revelará uma viravolta de suma importância e que abrirá espaço para o surgimento de nosso tema principal. Vejamos. Marilena salienta, com Schwarz, que a importação de ideias, em vez de aleatória, faz-se segundo o ritmo do capitalismo brasileiro; mais que isso, ampliando o espectro, tão importante quanto ver que as ideias são importadas, é compreender a forma dessa operação; no fundo, as ideias não são importadas em sua totalidade, mas em partes, e adaptadas à nossa realidade, a fim de cumprir certas finalidades. Por exemplo, ainda que se importem mitos europeus, os heróis (por conta da pretensão de originalidade de nosso quinhão do planeta) são substituídos por índios ou bandeirantes. “O pensamento europeu, reduzido a uma forma vazia, pode ser utilizado

nacionalmente desde que seja preenchido com conteúdos locais.” (CHAUI, 2003, p. 27) Quer dizer, a importação não se resume a um movimento de pura passividade de nosso pensamento em face das ideias estrangeiras; há um trabalho do próprio pensamento que realiza a operação importadora, tanto na seleção do que importar quanto na adaptação e no uso particular das ideias importadas. Ora, a que serviram e servem tais ideias? A sustentar e justificar processos que deram forma a uma sociedade autoritária cujos efeitos persistem ainda hoje em nosso tempo, como não é muito difícil perceber para quem tiver pelo menos um dos olhos em bom estado ou não se fizer de cego. É uma tese forte de Marilena que percorre toda a sua obra e penso que valem a pena algumas linhas que sirvam para bem determinar o que ela entende por uma sociedade autoritária, ou mais especificamente a sociedade autoritária brasileira.

O Brasil é uma sociedade autoritária, na medida em que não consegue, até o limiar do século XXI, concretizar nem sequer os princípios (velhos, de quase quatro séculos) do liberalismo e do republicanismo. Indistinção en-

tre o público e o privado, incapacidade para tolerar o princípio formal e abstrato da igualdade perante a lei, combate da classe dominante às ideias gerais contidas na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (de 1789) e na Declaração dos Direitos Humanos (de 1948), repressão às formas de luta e de organização sociais e populares, discriminação étnica, sexual e de classe; a sociedade brasileira, sob a aparência de fluidez, estrutura-se de modo fortemente hierárquico, e, nela, não só o Estado aparece como fundador do próprio social, mas também as relações sociais se efetuam sob a forma da tutela e do favor (jamais do direito), e a legalidade se constitui como círculo fatal do arbítrio (dos dominantes) à transgressão (dos dominados) e, desta, ao arbítrio (dos dominantes). (CHAUI, 2003b, p. 257)

Como dito, não me demorarei nisso. Aqui, o que cabe salientar é o seguinte: o processo de importação de ideias não é aleatório nem denota pura macaqueice cog-

nitiva; o pensamento importador é um pensamento que está longe de assemelhar-se a uma pura tábua rasa que recebesse passivamente ideias de fora; ele seleciona e importa a fim de, no plano das ideias, constituir e justificar uma sociedade autoritária; e é nessa medida que se pode dizer que esse pensamento é um *pensamento autoritário*.

Com isso, finalmente, chegamos ao ponto em que a dita “contribuição” de Marilena à tese das ideias fora do lugar revela-se por inteiro, especialmente sob a forma de uma inversão na tese original. Não é que o pensamento autoritário seja autoritário por importar ideias; é porque ele é autoritário que ele importa ideias e esquemas, não *in toto* mas discriminadamente, preenchendo-os com conteúdos locais. Trata-se de uma peculiaridade nossa porque uma das peculiaridades do modo de pensar autoritário. Desavergonhadamente, importamos; e discriminadamente: isso interessa, aquilo não. Está aí uma chave para ver que o movimento não é geral e indistinto, mas interessadamente particularizante, ao preencher o pensamento europeu, como se fosse uma forma vazia, com conteúdos locais: o bandeirante enxertado no figurino de herói nacional, o tapuia encaixado em nossas origens na-

cionais, e assim por diante. Eis um dos pontos cruciais da análise de Chaui acerca do que seja o “pensar autoritário”; um modo de pensar cujo aspecto autoritário depende menos de seus conteúdos (o tapuia e o bandeirante não são por si só autoritários) que de seu funcionamento, um meio de constituição, um tipo de compreensão, um modo de argumentar. A grande contribuição de Marilena à tese de Schwarz, nesse sentido, é a afirmação da existência de um pensamento especificamente autoritário:

Acredito que é por se tratar de um modo de pensar autoritário que há importação de ideias e não porque há tal importação que um certo pensamento brasileiro tornar-se-ia mimeticamente autoritário. Ao fazer essa afirmação estou considerando que há uma *forma autoritária de pensar*, e não apenas pensamentos que nasçam de formas autoritárias de agir. Embora um não caminhe sem o outro, creio ser possível encontrar certas determinações que constituem um pensamento autoritário. (CHAUI, 2003, p. 27)

27)

A forma de pensar autoritária

O que caracteriza essa forma de pensar autoritária? Muito precisamente, o recurso a elementos que são exteriores ao próprio pensamento e que condicionam o seu funcionamento. Voltemos a citar Marilena, o trecho que se segue imediatamente ao anúncio da existência de uma forma de pensar tal:

O pensar autoritário tem a peculiaridade de precisar recorrer a certezas decretadas antes do pensamento e fora dele para que possa entrar em atividade. Seria ilusório supor que o pensamento autoritário desemboque numa exigência de obediência, pois esta é seu próprio ponto de partida: precisa de certezas prévias para poder efetuar-se e vai buscá-las tanto em “fatos” quanto em “teorias”. Mais do que isso: é a própria maneira de manipular os fatos ou de assegurar-se com uma teoria que assinala a necessidade de submeter-se para melhor submeter a seguir. (CHAUI, 2003, p.

Compreendamos bem o teor dessa caracterização e como ela persegue a senda aberta por Schwarz alargando-lhe consideravelmente o espectro de aplicação. Marilena conserva a ênfase no “fora” e portanto na “importação”, o sentido dessas noções, porém, sofre uma decisiva ampliação. Deixam de ser lidos sob a chave da macaquice e transposição ideológicas para serem entendidos como elementos constituintes do próprio pensar. Rigorosamente, a importação como descrita por Schwarz não chega a constituir um problema maior. Um Hegel ou um Marx, a seu tempo, também almejavam a importação de ideias francesas e inglesas para a sua Alemanha natal e não seria o caso de ver aí um desejo regressivo; pelo contrário, trariam correntes de ar fresco e renovador à modorra tedesca. A questão, como já dito, está sobretudo nos conteúdos importados e no destino e nos efeitos desses conteúdos com relação à constituição do próprio pensar, de um pensamento que se constitui como tal e é incapaz de reflexão, ou antes, de um trabalho reflexivo que, em vez de apenas operar com dados e conteúdos constituídos que cobram adesão e submissão, possa desbravar o campo do novo, do não ainda instituído e, a partir

desse enfrentamento, constituir-se como pensamento. Ora, o pensar autoritário é aquele que recusa tal enfrentamento, separa as ideias e o trabalho do pensamento aferindo àquelas uma identidade e estabilidade apaziguadoras; ele se recusa a experimentar a perturbação do não idêntico, do indeterminado, daquilo com que nos deparamos sem jamais poder contar com o afago de uma certeza superior e absoluta, um ponto fixo e seguro. Nesse sentido, o pensar autoritário é atravessado pela *transcendência*. Não necessariamente a divina, mas aquela transcendência que se estabelece como separação, a qual pode ser ocasionada por qualquer elemento que ocupe o lugar estrutural do transcendente, daquilo que, idêntico a si, seja concebido como superior e possa fundar, guiar e autorizar. No caso que nos ocupa, esse lugar é ocupado por ideias prontas, certezas prévias que, desde o exterior do pensamento, o constituem, guiam e autorizam. Trata-se pois, o pensamento autoritário, de um pensamento *incapaz de autoconstituição* porque incapaz de reflexão, sendo por conseguinte constituído pelo que não é ele próprio; é um caso exemplar de *heteroconstituição*, a qual determina ao pensar uma posição hierarquicamente inferior àquilo que lhe transcende e encontra-se

dele separado, autorizando-o; é nesse sentido preciso que o pensar autoritário merece ser qualificado de “região das consequências sem premissas” (CHAUI, 2003, p. 28), quer dizer, separado daquilo que o funda, seus efeitos, suas conclusões, jamais podem se sustentar por si mesmas sem o recurso a algo que lhes autorize. O pensar autoritário é inseparável de uma “exigência de obediência” (CHAUI, 2003, p. 27), cujo cumprimento (portanto o obedecer) é requisito que funciona para esse pensamento como a manivela frontal dos calhambeques antigos, dando partida no motor. Para constituir-se o pensamento autoritário precisa primeiramente obedecer a um deus, a um dogma, à objetividade ou a qualquer outra coisa que lhe advenha do exterior. Eis sua base, eis sua condição essencial, de tal modo que se deva reconhecer que esse pensamento, ao invés de ser autoritário porque importa ideias, importa ideias porque é autoritário. Mas por que obedecer, poder-se-ia indagar com um espanto plenamente justificado? Donde e com que finalidade essa “exigência de obediência”? As análises de Marilena sobre o pensar autoritário conectam-se à difícilíssima questão primeiramente lançada (ou ao menos com mais clareza) por Étienne de la Boétie no século XVI: o mis-

tério da *servidão voluntária*. Em coerência com La Boétie, os termos da filósofa são incisivos: a bipolaridade da obediência e o consequente liame entre obedecer e ser obedecido; obedecendo, o pensar autoritário cumpre “a necessidade de submeter-se para melhor submeter a seguir”; ele “precisa sentir-se autorizado antes de impor-se” (CHAUI, 2003, p. 27, 28). *Servir para ser servido, obedecer para ser obedecido*. Ora, porque os homens servem ao tirano? Não exatamente porque são coagidos a isso, explica Marilena, cujas palavras cito:

os homens não acreditam estar alienando suas vidas, vontades, pensamentos e bens a um outro (é essa a aparência necessária para a produção das teorias do contrato e do pacto social e político), mas acreditam que, ao fazê-lo, estão conferindo poder a si próprios. Cada um, do mais alto ao mais baixo, do maior ao mais ínfimo, deseja ser obedecido pelos demais e, portanto, ser tirano também. Dá-se tudo ao soberano na esperança de converter-se em soberano também: vontade de servir é o nome da vontade

de dominar. A oposição “um” e “muitos” se desfaz porque cada um, no lugar onde se encontra, exerce a seu modo uma parcela de tirania e, num processo fantástico, a vontade de servir engendra uma sociedade tirânica de ponta a ponta. (CHAUI, 2014, p. 14)

O desejo de servidão é inseparável de um desejo de poder e manifesta-se não só no pensar autoritário como num agir autoritário que prepara a realização daquele desejo; o agir, longe de vir somente num segundo tempo à maneira de agregado ao pensar, lhe é simultâneo; “a forma autoritária de pensar não antecipa uma forma autoritária de agir: é-lhe congênita” (CHAUI, 2003, p. 35). A lógica desse processo é aquela que, grosso modo, discernimos nos trotes universitário ou militar: submetendo-se à humilhação e portanto ao poder de outrem, literalmente alguém se caçifa para posteriormente, em geral no ano seguinte, humilhar e exercer seu poder sobre outrem. Nessa medida, muito claramente ainda, percebe-se como esse tipo de pensamento autoritário abre-se (justo pela indissociabilidade entre pensar e agir) para um horizonte *político* autoritário: assim

como não existe trote solipsista, o aspecto autoritário desse pensar e desse agir só se realiza quando estabelecida uma relação com outrem, com outros; pensar autoritário e agir autoritário implicam um tipo determinado de relação de alteridade atravessada pelo poder, pela hierarquia, pelo obedecer e ser obedecido, servir e ser servido. E isso decola da intersubjetividade para a sociedade, tal como já intuía La Boétie que a tirania jamais é questão de um indivíduo isolado (e portanto nada tem a ver com uma patologia); a tirania é sempre um fenômeno referente ao social. Se o Um, o tirano, tem muitas mãos, muitos ouvidos, muitos olhos, isso depende justamente dos Muitos; essas mãos, esses ouvidos, esses olhos são os nossos, aqueles que cada membro de uma determinada sociedade, ou uma parte deles, põe a serviço do tirano no intuito de, num segundo momento, constituir-se ele próprio como um tiranete, um pequeno tirano vicário em seus domínios específicos. Ei-la, a sociedade autoritária, *a brasileira em particular*, umbilicalmente conectada a uma forma de pensar autoritária que por sua vez, não esqueçamos por nenhum instante, é congênita a uma forma de agir autoritária.

Debilidade teórica, eficácia prática

Nas páginas do texto sobre o integralismo em que enuncia a tese de uma forma de pensar autoritária, Marilena Chaui é movida pelo intento de enfrentar um problema muito preciso, ao qual já fizemos alusão. Ocorre que, por frágil e ridícula que seja nossa “comédia ideológica”, ao longo da história do país o ideário fora do lugar mostrou-se apto a “sustentar processos históricos como a Abolição, a República, a Constituinte de 1934 ou a democratização de 1945.” (CHAUI, 2003, p. 19) Quer dizer, salienta-se o nexos entre sociedade autoritária brasileira e pensamento autoritário, e mister é constatar que, ridículo ou frágil quanto pareça, esse pensamento autoritário é dotado de eficácia prática. É o que Chaui afirma constituir um verdadeiro “enigma” (CHAUI, 2003, p. 23), por ela formulado nos seguintes termos: “como um pensamento cuja debilidade teórica é gritante pode ser contrapontado pela eficácia prática? Ou, ao contrário, como uma dominação eficaz pode suscitar expressões teóricas tão inconsistentes?” (CHAUI, 2003, p. 22) Ora, é preciso levar a sério o problema, controlar o “impulso à desqualificação” (CHAUI, 2003, p. 22), e tentar discernir a possibili-

dade dessa paradoxal relação condicionante entre debilidade teórica e eficácia prática, a partir do plano mesmo do pensar e sem ceder a qualquer veleidade psicologista que invocasse, por exemplo, uma “consciência autoritária ou coisa do tipo” – “trata-se”, adverte Chauí, “de uma questão epistemológica tanto quanto política” (CHAUI, 1978, p. 37, nota²). Busquemos aflorar algo desse paradoxo, o que nos dará oportunidade para, finalmente, irmos nos aproximando de nossos dias e alguns desafios que eles nos impõem mais prementemente. Em primeiro lugar, a questão epistemológica, isto é, certos aspectos do funcionamento cognitivo próprio do pensar autoritário.

O que faz a debilidade teórica do pensamento autoritário? Se partíssemos somente de Schwarz, diríamos que justamente o desprazamento das ideias ocasionado por uma importação inconsequente; como ele sugere, no Brasil do século XIX, qualquer pachola desnudaria o ridículo da ideologia do trabalho livre assalariado apenas apontando para um negro carregador de água no passeio público, assim como hoje, *mutatis mutandis*, desmonta-se a ideia de igualdade perante a lei

recordando os numerosos casos de brutalidade policial contra os “condenados da terra”, pretos, pobres, periféricos ou quaisquer outros que ostentem outra marca distintiva de sua sina. Desnecessário insistir sobre o vigor crítico dessa descoberta de Schwarz, que ainda hoje parece certa. Seja como for, pelo que vimos, a partir da contribuição proposta por Chauí é necessário alargar ou aprofundar as explicações dessa mesma debilidade teórica, na medida em que a ideia de importação ganha um outro teor, o de contrabando de elementos de fora do pensamento para dentro dele com a função de moldá-lo e autorizá-lo. Nesse caso, a debilidade se explica principalmente por constituir esse pensar a região das conclusões sem premissas, onde os fatos, menos que ocasião de interrogação, servem apenas de ilustrações para a aplicação de teorias que são esquemas formais. Representemo-nos um moralista de corte tradicional. Ao ser arguido sobre as bases de seus valores e juízos morais, poderá responder simplesmente: “acredito nisso”, e não teremos o que lhe reprovar. Porém, se buscar argumentar, se quiser justificar-se a partir de um deus ou da natu-

²Tal advertência aparecia na primeira edição dos “Apontamentos”; na segunda edição, que é aquela pela qual citamos, foi suprimida.

reza à guisa de pedra fundamental dos valores, a debilidade de seu pensar aparecerá no instante em que seus valores (conclusões) surgirem sem as devidas premissas, já que estas estarão noutra lugar que não no próprio pensar do moralista, servindo ele apenas de correia de transmissão entre uma base exterior e a enunciação de certas “verdades” impositivas. Em suma, em primeiro lugar, esse pensar é débil porque desconhece a reflexão, o trabalho do pensamento. Em segundo, e por isso mesmo, é incapaz de envolver o diferente, o diverso; não uma contradição que somente produzisse um pensamento contraditório, mas aquela cuja consideração revela-se nos pensares mais vigorosos e capazes de ponderar e bem digerir o que não difere deles e com eles concorre. Daí, por fim, ostentar aquela simplicidade e imediatez que beira a prontidão das ideias consagradas e de uma vez por todas acabadas capazes de abranger tudo sem jamais perguntar pelo novo; trata-se de um pensamento que “vive sob o signo da repetição” e exorciza a diferença (CHAUI, 2003, p. 28), trabalhando com “essências” que, conforme diz Marilena a respeito do discurso integralista mas que

podemos generalizar como uma das marcas do pensamento autoritário em geral, “garantem a identidade, a repetição, a permanência e até mesmo a transformação, esta última imaginada como desdobramento de potencialidades já dadas e dirigidas por uma finalidade pré-fixada” (CHAUI, 2003, p. 97-98).

Essa descrição pode parecer demasiado caricata, quiçá até fantasiosa. Não o cremos. Além do que nem é tão difícil buscar em nossa realidade perfeitas exemplificações desse tipo de pensar. Tome-se o célebre enunciado da ministra Damares Alves quando de sua posse: o Brasil entrou numa “nova era” em que “menino veste azul e menina veste rosa”.³ A afirmação decerto não apresenta suas premissas (por que é assim?), de modo que sua autoridade só pode vir do exterior do próprio pensamento (alguma autoridade, de que a ministra julga-se representante, decretou esse fixismo cromático); está ausente o diverso (e o roxo? o negro? etc.) e todos devem ser colocados sob o guarda-chuva da nação que entra numa “nova era”; o azul e o rosa transmutam-se em essências que identificam identidades rígidas e assim ordenam o real, a repetição dessas identida-

³Recordar é viver, e as excitadas palavras de Damares podem ser recordadas em: <https://www.youtube.com/watch?v=XneG8mC5CGo>. [acessado em: 18/12/2019]

des garante a tranquilidade compreensiva de um mundo bem estruturado. Poder-se-ia arguir que não se deu ali mais que um arroubo intempestivo numa situação deveras festiva (a posse ministerial); se fosse assim, e só assim, realmente nem valeria a pena dedicar tantas linhas à frase. Não parece ser o caso, porém, sobretudo porque a base profunda que sustenta a superfície do enunciado produz, por meio da ação ministerial, efeitos reais. Ou seja, tal pensar é parceiro de certo tipo de agir – e com isso tocamos o ponto em que precisamos levar em conta a eficácia prática desse tipo de pensamento tão débil. Eis o “enigma”, identificado por Marilena Chaui relativamente ao integralismo da década de 30 e cuja formulação ainda é para nós inteiramente válida; retomemos os termos: “como um pensamento cuja debilidade teórica é gritante pode ser contrapontado pela eficácia prática? Ou, ao contrário, como uma dominação eficaz pode suscitar expressões teóricas tão inconsistentes?” (CHAUI, 2003, p. 22)

Convém não nos deixarmos levar pelas explicações mais simplórias. Alguém poderia supor que o débil só se impõe a um público igualmente fraco de pensamento e incapaz de enxergar a verdade; ou talvez, quem não quiser ficar só na

detecção da burrice alheia, possa invocar a ação maléfica de alguma artimanha ideológica capaz de, camuflando a verdade, vender com eficácia o seu peixe político; ou então finalmente, numa variação mais moderna da explicação, alguém invocará as tão faladas *fake news*, que em última instância dariam conta de nos fazer entender que as pessoas possam aderir a um ideário que não é o delas e que não corresponde ao real: engodo puro e simples. Tais explicações são todas tentadoras. Por um lado, está a simplicidade; por outro, e penso que, sobretudo, porque são, aos que as sustentam, extremamente apaziguadoras, já que guardam para si o lugar de inteligente da história: vítima da ideologia é sempre o outro, crente em *fake news* é sempre o outro, nunca nós mesmos, que do alto de nossa lucidez conhecemos a verdade mistificada ou escondida por mecanismos que só atingem os demais. A boa ordem do mundo fica assim preservada; as pessoas aderem ao menino de azul e à menina de rosa porque desconhecem a verdade colorida; elegeram Donald Trump e escolheram o *brexit* por causa das *fake news*; e por aí vai. “Se conhecessem a verdade, tudo seria diferente...”, lamenta o inteligente de plantão. Ora, não será preciso muito insistir na fraqueza explicativa (para nem falar

da prepotência cognitiva) dessas explicações. Prefiro sublinhar outro aspecto comum a todas elas: extrema preocupação com o conteúdo do pensamento e descaso com a forma de saber e percepção envolvida nesse pensar. É esta, a forma – por isso falamos desde o início de uma “forma de pensar” – que pode nos dar algumas pistas sobre o modo como o pensamento autoritário se alastra e se impõe. Para isso, propomos tomar um caso exemplar e, a partir dele, refletir sobre esses mecanismos de difusão e imposição de uma forma de pensar autoritária.

Nos últimos tempos, tornou-se bem conhecida a figura de Olavo de Carvalho. Desde os inícios da campanha eleitoral de 2018, ele apareceu como o guru intelectual do então candidato Jair Bolsonaro e de seu círculo mais próximo, à exceção talvez de seus conselheiros de farda. Filósofo para uns, charlatão para outros, figura sempre controversa e dotado de uma retórica selvagem que roça a vulgaridade, desde 2005 Olavo de Carvalho está radicado nos Estados Unidos, em Richmond, Virgí-

nia, não por acaso a icônica capital dos Estados Confederados durante a guerra civil americana; de lá, pela internet e por todas as redes sociais disponíveis, difunde suas ideias ou à guisa de intervenções pontuais ou principalmente mediante cursos à distância de Filosofia que conquistaram relevante influência sobre jovens estudantes e membros do mundo político, a ponto de alguns analistas terem chegado a considerá-lo parteiro da nova direita brasileira. Das hostes olavistas, em especial, vieram importantes indicações para a composição do novo governo, especialmente para o Ministério da Educação e o das Relações Exteriores, peças-chave na guerra ideológica que ele move contra o “marxismo cultural” a fim de constituir uma nova agenda política para a direita.⁴

Entre novembro de 2018 e março de 2019, o jornalista Denis Russo Burgierman esteve inscrito no Curso Online de Filosofia (COF) de Olavo de Carvalho, assistindo às aulas e participando dos fóruns de discussão dos alu-

⁴É o que se colhe perfeitamente numa entrevista sua de fevereiro de 2017: “Todo sujeito que se deixa moldar à ideia de seu inimigo já está derrotado. É a vitória perfeita. Lênin já dizia que a vitória perfeita era obtida sem lutar, o adversário se entrega. Pois eles, a esquerda, a esquerda, conseguiram. A esquerda adotou uma tática muito inteligente criada pelo Antonio Gramsci, o pensador italiano. Consiste em dominar primeiro todo o universo da cultura, das ideias, da educação, antes de conquistar o poder. Então, esse pessoal durante o regime militar já estava aplicando isso. Ocuparam as universidades, as redações de jornais. De repente, não havia mais ideias conservadoras em circulação. E se você não tem as ideias, as pessoas não têm como se definir. Elas não têm nem como se expressar. Se um político hoje vai se expressar, ele usa a linguagem da esquerda. São burros e presunçosos.” (apud Azevedo, 2017)

nos. Ele produziu ao longo do tempo um pequeno diário que transformou em reportagem, publicada na revista *Época*, que dá conta do funcionamento do curso, temas, formas de relacionamento entre professor e alunos e entre os alunos, materiais indicados; em suma, o dia a dia da formação oferecida por Olavo. Desse material de grande interesse para todo aquele que se preocupe com a situação da inteligência brasileira atual, selecionamos um trecho que sintetiza muitas das questões que vimos tratando.

Não é a burrice que atrai gente ao COF (assim como obviamente não é a burrice que atrai para a esquerda), é outra coisa [...]. Aprendi também o poder de uma mensagem única que preencha todos os espaços do dia, com a ajuda das redes sociais. A repetição incansável cria um ambiente saturado de informação, que não deixa espaço para mais nada. Quando essa mensagem é de ódio, os efeitos sociais são profundos. É sério: essa experiência me impactou muito e mudou, espero que temporariamente, minha percepção da realidade. Estou

me sentindo muito desinformado sobre tudo que não é olavismo, e também muito paranoico, coisa que nunca fui. (BURGI-ERMAN, 2019, p. 75)

Encontramos aí uma breve e sugestiva descrição dos mecanismos de funcionamento do pensar autoritário. Não desejo considerar os conteúdos expressos por um e acatados por outros; não estou dizendo que o pensamento de Olavo de Carvalho seja autoritário por defender isso ou aquilo; interessa ver como esse pensar se desenvolve e se difunde, positivamente falando, segundo parâmetros autoritários.

Tratemos de começar prestando atenção à advertência do jornalista: não se adere a Olavo por burrice ou debilidade mental – uma admoestação correlata àquela de Marilena Chaui quando estudou o integralismo, defendendo que se devia levar a sério o pensamento autoritário e não simplesmente desqualificá-lo. Tomar a sério essa forma pensante, no caso, é pôr de lado primeiramente a tentação de atribuir-lhe como causa a ignorância (“ah, essa gente ignorante!”, lastimam-se alguns); não é o desconhecimento do verdadeiro que produz o aspecto autoritário do pensamento (a verdade pode exprimir-se tão auto-

ritariamente quanto uma falsidade), porém uma forma de funcionamento que é irreduzível ao verdadeiro e não pode ser por ele suprimido. Supor possível tal supressão, à maneira dos ilustrados, seria como imaginar que um supersticioso, confrontado à verdade dos fatos, abandonaria a superstição; imaginar a luz da razão, só por ela, capaz de suprimir as trevas do engano renitente. Dessa maneira, só perdemos o que há de positivo, resistente e efetivamente essencial a essa forma de pensar. Ao afirmá-lo, tenho em mente a importantíssima proposição espinosana que abre a quarta parte da *Ética*: “Nada que uma ideia falsa tem de positivo é suprimido pela presença do verdadeiro, enquanto verdadeiro”. A essência da falsidade está menos num conteúdo que pudesse ser adquirido ou afastado como uma peça de vestuário do que na forma e no funcionamento do próprio pensar; ora, a presença da verdade como um conteúdo, um enunciado ou uma lei natural (o verdadeiro enquanto verdadeiro) não suprime jamais, pela sua presença, aquilo que é essencial ao falso; pelo contrário, é até de se supor que o mesmo funcionamento que gera a falsidade, de forma resistente, imprimiria ao conteúdo verdadeiro a forma positiva do falso. Isso se aclara com o escólio da mesma

proposição:

A imaginação é uma ideia que indica mais a constituição presente do Corpo humano do que a natureza dos corpos externos, não por certo distintamente, mas confusamente; donde dizer-se que a Mente erra. Por exemplo, quando olhamos para o sol, imaginamos que ele dista de nós cerca de duzentos pés; no que nos enganamos enquanto ignoramos a verdadeira distância dele; porém, conhecida a distância, o erro é suprimido, mas não a imaginação, isto é, a ideia do sol que explica a natureza dele apenas enquanto o Corpo é afetado por ele; por isso, embora conheçamos a verdadeira distância dele, não obstante imaginaremos que ele está perto de nós. Pois, como dissemos (...), não imaginamos o sol tão próximo porque ignoramos sua verdadeira distância, mas porque a Mente concebe a grandeza do sol apenas enquanto o Corpo é afetado por ele. (ESPINOSA, 2015, p. 383)

É essa forma de pensar ou conceber que Espinosa remete à imaginação (e portanto poderíamos com mais razão falar em forma de imaginar) que resiste e torna-se capaz de envolver até mesmo conteúdos verdadeiros (existem verdades que se impõem autoritariamente!); sublinhemos o final: mesmo conhecida a verdadeira distância entre nós e o sol, esse conhecimento verdadeiro não suprime a imaginação de uma outra distância que é concebida apenas enquanto nosso corpo é afetado pelo corpo solar; isso que permanece é o positivo da ideia falsa. É nesse mesmo sentido, pensamos, que se pode investigar o que há de positivo no pensar autoritário: algo irreduzível ao verdadeiro, que não se origina da ausência do verdadeiro (a burrice, a desinformação etc.), mas de um funcionamento particular. Onde está esse aspecto particular? A “outra coisa” que o jornalista invoca?

A partir do trecho da reportagem citado acima (e tendo em conta a completude da matéria mencionada), queremos crer que esse elemento positivo, logo determinante, está na *repetição*. Não de um conteúdo, mas de uma forma de pensar que conhece a repetição como *saturação*. O pensamento tem seu espaço e seu tempo completamente preenchidos por con-

teúdos que lhe advêm do exterior incessantemente e recobertos por uma autoridade impositiva. A combinação desses dois aspectos faz com que se afetem reciprocamente: quanto mais o pensamento de alguém é ininterruptamente preenchido pelo pensamento de outro, mais o pensamento que preenche surge como revestido de autoridade, até o ponto em que o completo preenchimento determina a inteira reverência à autoridade que preenche. A partir daí, a autoridade ganha ares de divindade única, e o acesso privilegiado a ela, por nós que recebemos os seus enunciados (como numa espécie de revelação), autoriza o nosso próprio pensamento. O tempo imprescindível à reflexão torna-se impossível; não por falta de conteúdos ou de verdades, mas por excesso; a recepção ininterrupta e numerosa de informações produz a paralisação do tempo e o preenchimento exaustivo do espaço; pensar se torna correr atrás da última revelação que nos porá a par da verdade do mundo; este aparece como inteiramente determinado, esclarecido, imune a qualquer indeterminação, a qualquer opacidade, aquela que poderia levar a pensar o diferente, o inusitado, o imprevisto, o novo. O mundo completamente determinado, inteiramente conhecido e dissecado ergue-se sólido e

resplandecente; o privilégio que alcançamos por meio da adesão a ele, tudo autoriza, especialmente a nossa ação nesse mundo: nada de incertezas; sabendo como o mundo funciona, a ação não vacila; as identidades são fixas, os amigos e os inimigos são conhecidos e não se misturam; a verdade nos mobiliza e nos orienta. Que maior eficácia prática se poderia desejar para a efetivação de um programa autoritário?

O desafio da universidade

Para encerrar esta intervenção, gostaria de propor, ou antes, lançar ao debate algumas poucas e breves observações diretamente concernentes aos desafios da universidade brasileira como instituição de formação e produção de saber. É bom sublinhar: o fazemos pensando primeiramente no debate; tais observações buscam servir mais de indicação de uma problemática que à maneira de um pequeno conjunto de teses. A função do percurso até aqui realizado, principalmente sob a guia de Marilena Chaui, foi somente tornar essas indicações menos arbitrárias, derivando-as de um horizonte amplo que lhes confira sentido.

1. A *sociedade autoritária brasileira*, tal como a depreende-

mos dos trabalhos de Marilena Chaui, é inseparável de uma formação ideológica determinada. Não se trata de afirmar que o autoritarismo seja um fenômeno redutível ao campo das ideias, mas que a sua persistência, e portanto a sua possibilidade de ocasional recrudescimento, dependa da ação de certo tipo de pensamento que repete estruturas mentais autoritárias. Em suma, embora o autoritarismo não seja por inteiro um fenômeno ideal, também o é; portanto, existe um autoritarismo do pensamento.

2. Esse *autoritarismo do pensamento* pode ser estudado e compreendido a partir de seu modo de funcionamento e de seus mecanismos; sua marca maior é justamente dar-se sob o signo da repetição (da autoridade, dos esquemas compreensivos, etc.) e da ojeriza ao diferente. No plano político, tal repetição é um elemento capital para que as estruturas da sociedade autoritária se repitam; no plano cognitivo, essa repetição toma a forma de saturação, como acima descrita.

3. A íntima conexão entre sociedade autoritária e pensamento autoritário exige conce-

ber um *campo de luta* em que a ação antiautoritária deve atuar, entre outras frentes, no combate a uma forma determinada de pensar e no esforço de produção de uma outra forma de pensar, não autoritária. Nesse campo de luta, a universidade pode e deve assumir um lugar de proa, na medida em que ela é centro de produção de conhecimento e principalmente de formação e inserção dos jovens no universo do saber e da cultura.

4. Ênfase a ideia de *formação* mais que a de produção de saber porque, conforme sugerido em nosso percurso, parece-me que o combate ao pensamento autoritário depende menos do acesso a verdades que da formação de outra forma de pensar que a autoritária, implica o esforço de preparação dos jovens para um pensamento livre que não deseje a ignorância à maneira de saber.
5. Como conclusão, vou permitir-me arrolar dois casos atuais que ilustram essa necessária ênfase na formação. Tomemos o terraplanismo. Não é incomum concebê-lo acarretado por uma educação deficitária, e portanto à falta de contato com a ver-

dade. Não parece ser o caso. Nem o acesso a todas as verdades da física nem a multiplicação dos experimentos o sanaria; pelo contrário isso tende a reforçá-lo naquilo que ele tem de realmente positivo e que nada deve à ausência do verdadeiro. O cimento terraplanista está na convicção de uma verdade secreta que é revelada por uns poucos sábios que a detêm; portanto, em primeiro lugar, exclusivismo da verdade. Em segundo, e por isso mesmo, a posse dessa verdade franqueia a inserção num grupo fraterno, uma espécie de milícia do pensamento que apazigua mentalmente os seus integrantes. Não se adere ao terraplanismo por ausência de verdade (todo ignorante seria um terraplanista!), mas a saturação que a verdade da terra plana exerce sobre um pensamento suscetível a ela e dela desejoso. Já no que respeita às tão propaladas *fake news*, a meu ver vale o mesmo raciocínio. Ultimamente se tornaram a tábua de explicação última para qualquer coisa que nos desagrade; hoje a forma mais fácil e rápida de se menosprezar outrem no campo político é acusá-lo de produtor e/ou divulgador de *fake news*

em escala industrial; muitos até lhes atribuem a condição de causa suficiente para a guinada autoritária do país. Nessas circunstâncias, o que fazer? Produzir desmentidos em escala igualmente larga? É compreensível que a mídia tradicional fale tanto do assunto no momento e dissemine o terror perante as *fake news*; é natural, por exemplo, que incentivem a criação de “oficinas” que ensinem adolescentes a se precaverem aprendendo a discernir entre o verdadeiro e o falso nesse quesito, que promovam campanhas a propalar a verdade como um dos pilares da liberdade, etc. Ora, estão defendendo o seu negócio, e isso se entende. Não se entende é que outros se deixem levar por essa facilidade. Não se trata de negar a existência das mentiras e boatos, todavia, com base no já visto, inverter a tese e detectar o lugar de sua eficácia. Não é que as *fake news* venham dar forma a um pensamento autoritário;

inversamente, é porque existe uma forma de pensar autoritária que as *fake news* são produzidas e disseminadas à maneira de alimento natural desse tipo de pensar e nele encontram extrema ressonância, pois satisfazem um desejo de autoridade, de acesso simples à verdade, de imediatez da experiência e da compreensão do mundo que redundam, quando elevado a discurso político, em aguda eficácia prática.

6. É sobre esse desejo que se satisfaz com o terraplanismo ou com as *fake news* que a universidade, como instrumento de construção da vida democrática, pode e precisa agir formando para um pensamento não autoritário que no limite, para não exagerar numa caracterização que não pode prescindir de certa indeterminação, poder-se-ia entender que é precisamente aquele que não se satisfaz nem com o terraplanismo nem com as *fake news*. Eis, nos dias que correm, o seu maior desafio.

Referências

- AZEVEDO, R. “Uma entrevista com Olavo de Carvalho”. Entrevista realizada por Karla Correia. *Blog Reinaldo Azevedo*, 27/02/2017; disponível em: <https://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/uma-entrevista-com-olavo-de-carvalho/> [acessado em 06/11/2019]
- BURGIERMAN, D. R. “O artista da ofensa”. *Época*, Rio de Janeiro, n. 1080, 18/03/2019, pp. 48-81.
- CÂNDIDO, A. “Dialética da malandragem (caracterização das *Memórias de um sargento de milícias*)”. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 8, 1970, pp. 67-89; disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/69638>
- CHAUÍ, M. “Apontamentos para uma crítica da Ação Integralista Brasileira”. In: M. Chauí, M.S.C. Franco. *Ideologia e mobilização popular*. São Paulo: Paz e Terra, 1978.
- _____. “Apontamentos para uma crítica da Ação Integralista Brasileira”. In: M. Chauí. *Manifestações ideológicas do autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Belo Horizonte: Autêntica, 2013, pp. 11-116.
- _____. “Cultura popular e autoritarismo”. In: M. Chauí. *Manifestações ideológicas do autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Belo Horizonte: Autêntica, 2013b, pp. 257-286.
- _____. “O poder político da amizade”. In: M. Chauí. *Contra a servidão voluntária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Belo Horizonte: Autêntica, 2014, pp. 11-19.
- ESPINOSA, B. *Ética demonstrada em ordem geométrica*. São Paulo: Edusp, 2015.
- SCHWARZ, R. “As ideias fora do lugar”. In: R. Schwarz. *Ao vencedor as batatas. Forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Duas Cidades, Ed. 34, 2000, pp. 11-31.

Recebido: 09/11/2019

Aprovado: 07/01/2020

Publicado: 26/01/2020